

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v22i39.1270>

TEMPO E OS MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA: narrar a história sob outras perspectivas

TIME AND SOCIAL MARKERS OF DIFFERENCE: narrate the history from other perspectives

EL TIEMPO Y LOS MARCADORES SOCIALES DE DESIGUALDAD: contar la historia desde otras perspectivas

ANTÔNIO AUGUSTO OLIVEIRA GONÇALVES

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0570-6382>

Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás (UFG)

Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) ¹

Divinópolis/MG

antonio.goncalves@uemg.br

FLÁVIA VALÉRIA CASSIMIRO BRAGA MELO

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8049-7939>

Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás (UFG)

Professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Aparecida de Goiânia/GO

flavia.braga@ueg.br

PAULO BRITO DO PRADO

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1932-3902>

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e em Antropologia

Social pela Universidade Federal de Goiás (UFG)

Professor da Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Bom Jesus/PI

paulobritogo@yahoo.com.br

A virada linguística, as renovadas epistemologias produzidas fora do centro norte, a emergência dos movimentos sociais e os impactos desses movimentos na universidade e na pesquisa científica têm oportunizado, no âmbito da produção historiográfica, reflexões influenciadas pelos feminismos, pela interseccionalidade, pela subalternidade e pelos marcadores sociais da diferença (Scott, 2008; Vigoya, 2018). O presente dossiê abre espaço para reflexões interessadas em problematizar, analisar e teorizar a produção social da diferença no tempo (Soihet, 1989; Albuquerque Júnior, 2007), por intermédio da articulação

¹ Cabe salientar que a participação de Antônio Augusto Oliveira Gonçalves na produção deste dossiê se vincula a três editais de fomento da UEMG: o edital Programa Institucional de Apoio à Pesquisa (PAPq) 016/2023; o edital Programa Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) 13/2024; e o edital PROEX 02/2024 - Programa Erês: Curso de Formação Continuada em Educação Infantil, Infâncias e Relações Étnico-Raciais.

de categorias de análise (gênero, raça, sexualidade, região, classe) em interface com as contribuições dos estudos preocupados com os marcadores sociais de diferença, suas relações com a perspectiva metodológica da interseccionalidade e da associação de categorias (Davis, 2016; Gonzales, 2020; Hirano, 2019) para a escrita e o ensino em história.

Já se percebe, em diferentes programas de pós-graduação em História, bem como em revistas acadêmicas da área, artigos e livros, um debruçar sobre os marcadores sociais da diferença e as propostas de leitura influenciadas pela interseccionalidade. Exemplos disso podem ser notados na preocupação com a produção intelectual de autoria negra e nos impactos do racismo no seu silenciamento (Pinto, 2018; Santos, 2023). Destacam-se, ainda, a condição das mulheres negras e pobres na sociedade brasileira (Soihet, 1989) e os debates frugais em torno das homossexualidades realizados no interior dos estudos queer e das masculinidades (Vigoya, 2018; Butler, 2015). Ademais, a juventude negra, as/os trabalhadores negros e pobres lugarizados entre o campo e a cidade, o corpo negro, o racismo estruturado na produção da corporeidade negra e suas diversas representações (Gomes, 2019; Xavier, 2021), também vêm tornando-se o foco do olhar historiográfico e garantido um reescrever e um ensinar da história sob perspectivas descoloniais e nossamericanas (Vigoya, 2018).

Nesse sentido, a proximidade entre história e antropologia (Gomes, 2019) oferece importantes possibilidades de investigação, reflexão e metodologias. O corpo negro e o cabelo crespo, por exemplo, têm sido encarados como historicamente marcados e localmente construídos, aspecto que solicita análises mais detalhadas e circunscritas, bem como convidam a reflexão histórica e o ensino a pensar dimensões da vida social, as quais foram generificadas, racializadas, classificadas, sexualizadas e nomeadas de modo a polarizar, hierarquizar e afetar a vida das pessoas de distintas maneiras no curso do tempo.

Bons exemplos da revisão historiográfica feita sob a perspectiva dos marcadores sociais de diferença e da interseccionalidade no Brasil são as investigações de Lélia Gonzalez (2020), Nilma Lino Gomes (2019) e Giovana Xavier (2021). Essas pesquisadoras debruçaram-se sobre a produção social da feiura/beleza negra, da historicidade do corpo negro, na desmistificação desse mesmo corpo como um sinônimo exemplar de feiura, do desprezo, do desinteresse e da hiperssexualização e no necessário ensino de uma história étnico-racial.

No interior dessas reflexões, Lélia Gonzalez (2020) tem sido cada vez mais evocada como destacada referência de reflexão epistêmica, a qual, cotidianamente, impacta na revisão historiográfica sobre o Brasil e a experiência colonial. Isso porque assinalou, em suas

reflexões, a produção colonialista do corpo negro e o temário do racismo como alguns dos mecanismos mais eficazes de opressão do povo e das mulheres negras, mobilizados pelas classes dominantes e brancas, interessadas em estabelecer combinadas relações do termo “negro” com tudo aquilo considerado mau, indesejável, feio, sujo, sinistro e maldito.

Outro relevante exemplo de virada epistêmica com impactos na reflexão historiográfica evidencia-se em movimentos sociais e reflexivos nas terras baixas da América do Sul, onde lideranças indígenas e quilombolas têm problematizado determinadas relações de poder herdadas da colonialidade do saber/ser na produção do gênero/corpo, nas formas de resistência ao Estado e na generalização do mercado globalizado e neoliberal.

Linda Maori Smith (2018) vem discutindo a importância de se entender a colonização como um processo não acabado, ainda operativo nos dias de hoje e que pesa com maior intensidade sobre os corpos indígenas, negros, quilombolas e generificados – daí o ato de descolonizar (Smith, 2018) os nossos corpos, territórios e saberes do subjugo do conhecimento ocidental, produzido no Atlântico Norte e no mundo europeu. Nêgo Bispo (Santos, 2015, 2023), quilombola piauiense, é outro exemplo de “corpo/mente decolonial”, que, por sua vez, empreendeu uma “guerra das denominações” e de reescrita da história, por entender que nomear e classificar são atos de poder. Sabendo disso, Bispo recorre às palavras dos colonizadores para enfraquecê-las, torná-las vazias, contracolonizá-las, alterando, dessa forma, as perspectivas de reflexão do universo social no tempo e espaço.

A partir do que se expôs, bem brevemente, este dossiê objetiva problematizar, apontar e questionar em que medida as mulheres e os homens negros, pobres, gays, trans, trabalhadorxs do sexo, indígenas, quilombolas e ativistas tornaram-se alvo de múltiplas violências ao longo do tempo, em função de trazerem, em seus corpos, marcas utilizadas para diferenciá-los, hierarquizá-los e lugarizá-los nos recônditos do silêncio, nos confins da história, nas fronteiras do não dito e do apagamento. Logo, o presente dossiê reunereflexões interessadas na experiência colonial/pós colonial, no cotidiano de mulheres e homens, na produção social/histórica de seus corpos, gênero e sexualidades, em seu embelezamento/desfiguramento e percepção, em seu adoecimento, nutrição, educação e formação no tempo e espaço, sob a perspectiva dos marcadores sociais de diferença, dos estudos feministas, queer, étnico-raciais, decoloniais e nossamericanos.

Por esse caminho, compreendido na contramão da narrativa da história ainda muito influenciada pelo Norte Global, o presente dossiê apresenta-se como uma encruzilhada e uma inflexão epistemológica, que se abre ao múltiplo e diverso, mas que vai mais além, seguindo na busca do direito de fala de mulheres, na confrontação de temporalidades e narrativas que

fogem à regra de tempo ditada pelo pensamento eurocêntrico e que brinca com o tempo, espaços, poéticas, estéticas, ditos e devires. É por essa via que os textos, aqui reunidos, caminham –por trilhas pouco usuais, de lugares epistêmicos, temas e metodologias ainda não muito chanceladas pela academia e o pensamento social brasileiro. Logo, estes textos convidam a uma conversa, que contempla marcadores sociais como ponto de partida para a reflexão em história.

Na Paraíba nasceu Margarida(s): experiências situadas e tessituras rurais no Brasil, de autoria de Dayane Nascimento Sobreira, doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), da UFBA, observam-se, a partir dos estudos históricos e sócio-antropológicos, os quais materializam perspectivas situadas e assentadas na experiência social de mulheres (inclusive da sua), os percursos de luta empreendidos por “Margaridas da Paraíba”, ou de mulheres que, influenciadas pela trajetória da paraibana Margarida Maria Alves – líder sindical defensora da reforma agrária e dos direitos dos povos do campo, assassinada em 1983 –marcham, a cada quatro anos, até Brasília, na busca de um mundo melhor pela via da tessitura de um importante movimento social de mulheres, conhecido por “Marcha das Margaridas”.

Pela via metodológica da história oral, e alicerçada nos estudos de história social, gênero e sexualidade de Joan Wallach Scott, a pesquisadora evidencia o contorno dos feminismos presentes entre as mulheres camponesas da Paraíba. Pela descrição do movimento dessas mulheres, a pesquisadora mostra como elas aglutinam uma potencial mobilização de mulheres atravessada pelas marcas de gênero, sexualidade, raça, geração, classe e região com a perspectiva de mundos alternativos ao modelo urbano, desenvolvimentista e agro-exportador. As “Margaridas da Paraíba” no texto protagonizam a produção de um mundo outro, com temporalidades próprias, remetendo à lida no campo, à agricultura familiar e à reprodução da vida por vias dissonantes daquelas ditadas pelo capital.

Em *Sevícias e abandono do lar: descortinando o cotidiano de famílias em Parnaíba no século X*, de Erasmo Carlos Amorim, doutor em história pelo Programa de Pós-Graduação em História, da UFF, presencia-se um estudo histórico por meio da análise de processos judiciais de desquite, ajuizados na cidade de Parnaíba, no Piauí, ainda no século XX, com especificidade para as décadas de 1940, 1950 e meados de 1960, bem como da combinada análise do Código Civil, de 1916, em vigor até o ano de 2003.

Pela via dos citados documentos, o pesquisador propôs adentrar o cotidiano das famílias parnaibanas e as experiências de mulheres e de homens implicados na instituição familiar e no casamento até as suas cessões, por instrumento do “desquite” – palavra utilizada

à época para caracterizar “ato jurídico que dissolvia a sociedade conjugal, e que estava positivado no Código Civil de 1916, em seu artigo 317”, por onde significava ser ação fundamentada em motivo de adultério, tentativa de morte, sevícias ou injúria grave e abandono voluntário do lar conjugal, por dois anos contínuos.

Debruçado nas metodologias da história social (análise contextual dos processos criminais), o pesquisador estudou processos movidos por esposos e mencionou outras por parte de esposas. A partir desses documentos, verificou-se o manejo dos marcadores de gênero e de sexualidade como dispositivos instrumentalizados por homens para justificar o necessário “desquite” em função de alegadas ações de infidelidade de suas esposas. É interessante como Erasmo Amorim pontuou as diferenças econômicas entre homens e mulheres na Parnaíba daquele período, bem como evidenciou a situação de vulnerabilidade das mulheres, as quais, sendo muitas delas domésticas e professoras, precisaram lidar com um mundo que privilegiava o ponto de vista dos homens na construção das narrativas de infidelidade feminina para eliminar toda uma vida dedicada à família.

Entre os poucos processos de “desquite” conduzidos por mulheres, toma forma um que, em novembro de 1947, deu contorno à violência enfrentada pelas mulheres no recôndito do lar, da família e do casamento. Apresentada como ação atípica para a época, em função dos estigmas e preconceitos que pairavam sobre essa experiência para as mulheres, uma “comerciante, residente e domiciliada em Parnaíba, ajuizou ação de desquite litigioso contra seu esposo”, um homem “brasileiro, casado, sem profissão, também residente e domiciliado naquela cidade”. Sob a afirmação de que “o réu sempre se revelou uma pessoa de mau procedimento, desde os primeiros dias da vivência conjugal”, em contraposição ao seu bom comportamento, sendo que essa “manteve-se em resignação cristã mesmo diante de tormentosa situação, guardando a mais completa fidelidade ao marido”, a autora da ação, de posse de condições financeiras que “lhe garantiam certa autonomia frente ao esposo”, denunciou clivagens de gênero não previstas na organização social da instituição familiar e flexionou a reflexão histórica a observou experiências contra-hegemônicas. Logo o artigo abre caminhos para a reflexão dos marcadores sociais de diferença como forma de contar outras histórias que também merecem ser teorizadas, reverberadas e ensinadas.

Escrita, história e diferença pelas margens do rio negro: territorialidades do contato, de Cimara Valim de Melo, doutora em Letras pela UFRGS, apresenta estudo acerca de identidade étnica, narrativa, escrita da história e decolonialidade na literatura, pela via do romance *Um rio sem fim* (1998), escrito por Verenilde Santos Pereira, autora afroindígena, a qual, pelas águas do Rio Negro, entrecruza história e literatura, traços autobiográficos e

experiência social para dar vazão a vozes femininas, que narram traumas históricos, questionam verdades cristalizadas e desafiam o apagamento da narrativa histórica no que tangencia a experiência e os modos de vida dos povos originários, afrodiáspóricos e das mulheres. Por meio de percurso pelo pensamento intelectual no âmbito das humanidades, a pesquisadora confronta reflexões do Norte Global com pensadores indígenas, como Desana Tolamã Kenhíri e Davi Kopenawa, para demarcar a combinação da dominação colonial com a violenta produção social da diferença no decurso da história, principalmente sobre o que tange os contatos interétnicos no Brasil e a colonialidade.

Em meio ao etnocídio como resultado do “processo colonialista e desenvolvimentista perpetrado sobre o território amazônico”, em contraposição com a resistência dos povos afro-indígenas, Verenilde Santos Pereira emerge e torna presente o seu romance *Um rio sem fim* (1998). A obra pode ser considerada “peça fundamental quando lançamos o olhar sobre a (re)escrita decolonial da história pela perspectiva de mulheres nativas do território amazônico”. A escritora posiciona-se no lugar dos que resistem, enquanto “voz afroindígena amazonense”, que intercambia choques interétnicos e desterritorializações experienciadas desde tenra idade.

Na narrativa, a romancista, conta que, ao ser capturada em sua dignidade ao longo das décadas de 1970 e 1980, quando presa, pela polícia da ditadura brasileira, “reteve para si, nos anos vindouros, a memória do trauma”, no entanto, o ato de narrar a “história sob a perspectiva de grupos étnicos minorizados” fez da escrita da autora espaço “para as relações entre identidade, diferença e outros marcadores sociais”, deixando ver “ações de extermínio e efeitos na dominação religiosa e política sobre os povos originários”.

Em *Um rio sem fim*, atesta-se uma narrativa cheia de memórias individuais e coletivas, que conduzem quem o lê à “Amazônia do chamado Brasil profundo”. Ao articular passado e presente, atravessa gerações e tem no massacre gerado por epidemia um marcador temporal. No interior dos relatos, em primeira pessoa, e os da narradora, que tenta reconstruir a própria história de vida, sincronicamente à escrita ficcional, o “romance forma uma teia discursivo-dialógica, pela qual vozes de diferentes mulheres costuram a memória do trauma histórico sobre os povos da Amazônia”. Logo, a escrita literária de *Um rio sem fim*, em sua capacidade narrativo-restitutiva, revolve os rastros de um “passado de traumas, torna-se veículo de reparação e denúncia, além de somar-se à ‘poética do eu-nós’, cuja autoria está “fundamentalmente assentada na identidade” étnica.

Aconteceu dia desse: sobre narrativa e quilombo, de Maria do Socorro dos Santos, doutora em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Uerj, versa

acerca da possibilidade de dizer a respeito de acontecimentos e fatos a partir da temporalidade *dia desse*. Segundo a autora, trata-se de falar da experiência do tornar-se quilombola na comunidade do Arrojado, cidade de Portalegre, Rio Grande do Norte, por meio de outras temporalidades, que não aquelas que se colocam como presente, passado e futuro.

O texto parte dos estudos pós-estruturalistas, com ênfase no pensamento de Derrida (1994, 2010, 2013), Haddock-Lobo (2013a, 2013b, 2020) e Butler (2017, 2018a, 2018b). O objetivo é chamar a atenção de que dizer a experiência nunca é simplesmente uma informação, pois anunciar o acontecimento também está articulado à dimensão do que se ouve da pesquisa, e não apenas do que houve. Desse modo, a pesquisadora lembra que as chamadas “categorias êmicas” são na verdade dados que informam a matéria de que são feitas as pessoas em seus espaços, lugares, temporalidades e cultura.

A partir do que chama “autobiografia em desconstrução”, sem qualquer tentativa de flexionar o material de campo – aquilo que foi narrado – as cronologias ocidentais, o que se “busca é explorar as construções da experiência e da memória”, apresentar uma maneira de “dizer da pesquisa que não seja trazendo falas ou narrativas para comprovar dados” e abrir o nicho social observado ao mundo, bem como descerrar o mundo do pesquisador para “outras temporalidades e escritas”, que extrapolam os limites da língua ocidental/colonial. Sem sombra de dúvidas, é um texto que aponta para reflexões em torno do papel da história e das ciências humanas no sentido de se repensar o mundo a favor da vida, mas com criteriosa atenção às construções históricas da diferença pela via de marcadores sociais da diferença.

Em *Caixas que armazenam histórias: Caixa Brasil (1968) e Tintas Polvo (2013)*, Miguel Lucio dos Reis, doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), analisa dois objetos artísticos, que problematizam os marcadores sociais da diferença na fundação do mito da brasilidade. Trata-se das obras *Caixa Brasil*, de Lygia Pape (1927-2004), e *Tintas Polvo*, de Adriana Varejão (1964). Na primeira, deparamo-nos com uma caixa de madeira, na qual, na parte interior da tampa, inscreve-se a palavra “Brasil” em letras prateadas e, dentro da peça, vemos três diferentes mechas de cabelo, aludindo e, igualmente, ironizando a tripla herança racial brasileira. Já Adriana Varejão retoma a lista de autoidentificações raciais contidas no levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1976. Naquele ano, o instituto tornou aberta a pergunta “qual sua raça/cor?”, isto é, ao invés de quantificar respostas em uma lista fechada de opções, o/a respondente podia autodescrever-se, racialmente. Foram levantadas 136 descrições para evocar a categoria raça. Varejão se pauta no resultado do censo ao dispor 33 bisnagas de tinta com cores e denominações diferentes em um estojo de madeira. O nome da obra *Tintas Polvo*

toca “na diversidade de títulos dessa autoidentificação e a utilidade do molusco marítimo fica mais evidente, como um animal que não apenas esguicha cor, mas, ao mesmo tempo, é capaz de negociá-la de acordo com a situação”, nas palavras do autor.

Na sequência, há uma interessante análise da associação entre o futebol e a categoria raça no texto *Determinismo racial e o futebol brasileiro: algumas reflexões sobre o racismo estrutural desde a década de 1930*. A partir dos campos midiático e antropológico, e levando-se em consideração a história do futebol no contexto nacional, Marcel de Almeida Freitas, doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e Gabriel Salgado Ribeiro de Sá, doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), analisam quatro conjunto de problemas: “1) A vinculação de comportamentos humanos a fatores biológicos e genéticos, em detrimento do aprendizado e da cultura; 2) a atribuição de vitórias ou derrotas à “raça”, subestimando as diferenças socioeconômicas e financeiras entre os clubes de futebol ou entre as seleções nacionais; 3) o reforço do mito da democracia racial, ao defender que o futebol seria capaz de unir pessoas de diferentes classes sociais e cores; 4) a perpetuação do determinismo racial, que sustenta a ideia de “raças humanas” com qualidades e falhas intrínsecas”. Os autores constataam que, não obstante o processo de midiaticização do futebol tenha dado visibilidade à “raça”, expondo preconceitos, também reforçou estereótipos, e as camadas populares, especialmente os jogadores negros, foram excluídas desse protagonismo à medida que tal esporte tornava-se mais mercantilizado. A simplificação do conceito de “negro”, tratado no singular, em vez de reconhecer a sua multiplicidade polissêmica, refletia o reducionismo midiático da complexidade étnico-racial concreta dos sujeitos e dos grupos.

Em *Dinâmicas de um Império: os marcadores da distinção na formação do clero nativo na Ásia portuguesa (séculos XVI-XVII)*, fazemos uma viagem a Goa, colônia portuguesa localizada na Índia (1510-1961), mergulhando nas complexas relações de poder entre a Igreja e a metrópole Portugal para a formação de um clero nativo. Ana Paula Sena Gomide, doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), assinala marcadores sociais como o local de origem, a ascendência nobre, a pureza de sangue e os hábitos dos povos da colônia enquanto critérios para a escolha dos clérigos locais. Ao estratificar os eleitos a exercerem as funções do sacerdócio em Goa, em primeiro lugar, estavam os europeus nascidos em Portugal; em seguida, os filhos de pais europeus; por fim, aos indianos e mestiços reservavam-se as posições inferiores na ordem religiosa de diferentes missões (franciscanos, jesuítas, dominicanos e agostinhos). Nas linhas dos discursos eclesiásticos, vemos o racismo pungente da metrópole e da Igreja, ao se elegerem os “filhos

da Índia” para as atividades do sacerdócio, conforme se lê nos escritos do Frei Miguel da Purificação, clérigo indiano, em meados do século XVII: “os filhos de Índia não são negros: E a razão he: porque são filhos de Portuguezes, e Portuguezas, etão brancos como os filhos de Portugal: e muito de pais nobilíssimos, ilustres, e fidalgos, os quais não se cazão na India com molheres nobilíssimas, e fidalgas, como he patente em a India, e assi são bem nascidos”.

Dentro da proposta de um estudo de caso, Tainá Melo Silveira (UFPel), pesquisadora e doutoranda em educação contribui com o texto *Docentes negras no ensino superior brasileiro: um estudo de caso sobre raça e gênero*, analisando contextos e obstáculos causados pelo racismo e sexismo nas experiências vividas por docentes negras na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), problematizando o quanto os espaços das universidades públicas no Brasil ainda são discrepantes sob a ótica dos marcadores de raça e gênero. Ao trazer as narrativas de três docentes negras, Tainá Melo Silveira registra as suas percepções sobre processos de discriminação, isolamento e invisibilização dentro da academia. A autora nos transporta às particularidades históricas do Rio Grande do Sul e do município de Pelotas nos tempos das charqueadas do século XIX, levando-nos a compreender o período de exploração direta da mão de obra de pessoas escravizadas, introduzindo, em seu debate, discussões de autoras e autores acerca do racismo, do sexismo, da interseccionalidade e do colonialismo. O seu artigo problematiza que as docentes negras têm sido minoria dentro de outra minoria, ou seja, além de lidarem com a questão da desigualdade entre brancos e negros na docência universitária, são, ainda, minorias entrecruzadas nos quesitos gênero e raça, tornando a experiência do impacto desses marcadores algo inseparável e simultâneo. No entanto, Tainá descreve também o protagonismo dessas docentes no desfazer de ideias, epistemologias e práticas racistas dentro da universidade, reconhecendo as suas pedagogias descoloniais, vendo-as como fundamentais para a democratização do ensino superior no Brasil.

As duas produções seguintes (na modalidade de entrevista) também fazem interlocuções com docentes, os quais estão colaborando com o ensino, métodos alargados de estudos e pesquisas em História no Brasil. A primeira entrevista, denominada *Uma conversa sobre o pós-abolição e os marcadores sociais da diferença: entrevista com Fernanda Oliveira*, é realizada por Alcía Quinhones Medeiros (UFES) e Guilherme Vargas Pedroso (PPGH/UFRGS), ambos doutorandos em História, tendo como convidada a professora Dra. Fernanda Oliveira, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Fernanda Oliveira é apresentada como representante da UFRGS no comitê acadêmico “*Historia, regiones y fronteras*” da AUGM (*Asociación de Universidades del Grupo Montevideo*),

integrante do GT Emancipações e Pós-Abolição da Associação Nacional de História, da Sociedade Brasileira de Teoria da História e História da Historiografia e da Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros. Colunista do Uol na coluna Presença Histórica e cofundadora do Grupo de Estudos Atinuké – Sobre o Pensamento de Mulheres Negras. Na entrevista, Fernanda Oliveira relembra a sua infância, admitindo que a história sempre fez parte de sua vida e também descreve como se deu o ingresso na graduação em História, compartilhando memórias, desafios e aprendizagens a respeito do início de sua trajetória acadêmica. Recapitulando as suas vivências, enquanto adolescente e jovem oriunda de uma família negra gaúcha, em suas redes de socialidades, explica, ainda, como tudo isso a influenciou em seus temas da pesquisa e atuação acadêmica. A entrevistada confere ênfase às atuações presentes e analisa os dez anos de criação do “GT Emancipações e Pós-Abolição/RS”, avaliando-o como um importante espaço de acolhimento para historiadores e historiadoras negros e negras, visando a realização de suas pesquisas. Entre os temas abordados, os entrevistadores comentam com a Fernanda Oliveira que uma das significativas contribuições do GT é justamente compreender as experiências dos sujeitos históricos em suas multiplicidades, em que raça, gênero e classe são entendidos como marcadores sociais interligados nas vivências das pessoas na escravidão e no pós-abolição.

A segunda entrevista, *Sobre os estudos biográficos no âmbito da História: uma conversa com Wilton Carlos Lima da Silva*, recebe o diálogo produzido com o Prof. Dr. Wilton Carlos Lima da Silva, professor associado do Departamento de História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), que possui mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, 1993) e doutorado em História pela UNESP (2000). Wilton Carlos Lima da Silva é livre-docente em Metodologia da Pesquisa Histórica, também pela Unesp, campus de Assis (2013), e possui experiência de pesquisa em memória, trajetórias de vida e construções autobiográficas. A entrevista foi organizada por Ana Carolina Machado, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do estado de Santa Catarina (PPGH/ UDESC) e Daniel Lopes Saraiva, doutor em História pela mesma universidade e em estágio de pós-doutorado na Universidade de São Paulo (USP). Nessa entrevista, o professor Wilton Carlos explica como os estudos biográficos passaram a ser alvo de interesse em suas pesquisas e trajetória acadêmica/profissional e avalia qual tem sido esse lugar ocupado hoje na historiografia brasileira, bem como os seus diferenciais quando aplicados no fazer historiográfico. Explica, ainda, como vem sendo desenvolvido o trabalho pelo Memento (Grupo de Pesquisa sobre Espaço Biográfico e História da Historiografia), vinculado à Universidade Estadual Paulista

Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e comenta a respeito de sua participação, como integrante da Red de Estudios Biográficos de América Latina (REBAL). Wilton Carlos Lima da Silva justifica que a aplicação de excessiva especialização acadêmica, a criação de cânones rígidos e o emprego de resenhismo podem levar à saturação dos estudos biográficos. O convidado lamenta a pouca tradição nos cursos de graduação de se ensinar a pesquisa em arquivos e faz recomendações de leituras às pessoas interessadas em estudos autobiográficos. Ao analisar as mudanças que estão acontecendo e que estão por vir, aproveita para encorajar novas abordagens dentro da historiografia, torcendo para que, em suas próprias palavras, “as clivagens de gênero, sexualidade, raça, classe, corporalidade, entre outras, se ampliem e enriqueçam para além do que já se faz, incorporando personagens antes invisíveis e recortes inovadores”.

Por fim, fechando o nosso dossiê, temos uma experimentação textual que dilui as fronteiras entre poesia, dor e escrevivência, por meio da resenha do livro *Meia Lua em mim: a Falciforme em versos*, publicado por Alessandra Reis. A apreciação dessa obra foi escrita por Ananda da Silva Alves (PPGE/UFAM), Fernanda Priscila Alves da Silva (ICSEZ-PPGE/UFAM) e Suanny da Silva Alves (PPGE/UFAM), que, nas palavras das resenhistas, ao se referirem aos versos produzidos por Alessandra Reis, descrevem-nos como “uma escrevivência negra metafórica de quem convive com a dor crônica causada pela Falciforme e, suas múltiplas dificuldades do *ser e fazer* no cotidiano”. Como os versos dispostos na obra estão divididos em sete tópicos, as autoras fazem uma observação atenta e refinada sobre cada seção da belíssima obra e expõem as suas percepções de leitura, incluindo a sensibilidade da autora em tornar compreensível aquilo que a atravessa e lhe causa dor, como a doença, acompanhada de sua imprevisibilidade, mutabilidades, além das armadilhas e barreiras, levando-nos a refletir sobre a doença falciforme como um marcador social da diferença. E ela faz isso sem ignorar os seus outros marcadores, tanto que aborda, em seus versos, percepções acerca de situações de discriminação e racismo institucional experimentadas dentro dos ambientes hospitalares. Enfim, a obra de Alessandra Reis é formidável para nos provocar sobre o que julgamos assumir ou não valor dentro da escrita em história e antropologia, para que deixemos de flertar, assim, com quinquilharias acadêmicas, mas, ao contrário, tornar-nos mais atentas e atentos àquilo que a professora Fernanda Oliveira recomendou em sua entrevista: o manejo de diferentes perspectivas, afinal a história é feita por gente, de carne e osso. E se a história é feita por gente, precisa, então, ser sentida, porque só assim a gente consegue reconhecer o que a profa. Fernanda chamou de “brilho nos olhos”.

Aproveitamos o ensejo para celebrar todas e todos que estão envolvidas/os com o fazer da história. Expressamos a nossa valorização às pessoas que narram a história com olhares sensíveis aos marcadores sociais da diferença de interlocutoras/es, buscando, assim, compreender e incluir as histórias invisíveis e cotidianas. Em especial, queremos enaltecer as pessoas que seguem narrando em meio à dor de seus atravessamentos próprios. Que a História se alargue, confronte-se, resignifique-se e se engaje – cada vez mais!

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DERRIDA, Jacques. *A voz e o fenômeno*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

DERRIDA, Jacques. *Força de lei: o fundamento místico da autoridade*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

DERRIDA, Jacques. Uma certa possibilidade impossível de dizer o acontecimento. *Revista Cerrados*, v. 21, n. 33, p. 229-251, 2013.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

HADDOCK-LOBO, Rafael. Notas sobre o trajeto aporético da noção de experiência no pensamento de Derrida. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 27, n. 53, p. 259-274, 2013a.

HADDOCK-LOBO, Rafael. Derrida e oscilação do real. *Sapere Aude*, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 25-46, 2013b.

HADDOCK-LOBO, Rafael. Esses estranhos espelhos ou sobre como especular diante de... *Poliética*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 127-157, 2020.

HIRANO, Luis Felipe Kojima. Marcadores sociais da diferença: rastreando a construção de um conceito em relação à abordagem interseccional e a associação de categorias. *In*: HIRANO, Luis Felipe Kojima; ACUÑA, Maurício; MACHADO, Bernardo Fonseca (org.). *Marcadores sociais da diferença: fluxos, trânsitos e intersecções*. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019. p. 27-54.

PEREIRA, Verenilde S. *Um rio sem fim*. Brasília, DF: Thesaurus, 1998.

SANTOS, Antônio Bispo dos [BISPO, Nêgo]. *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília, DF: INCTI/Unb, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos [BISPO, Nêgo]. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero e história*. México: FCE: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SMITH, Linda Tuhiwai. *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas*. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

VIGOYA, Mara Viveros. *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

XAVIER, Giovana. *História social da beleza negra*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.